

Sumário

Prefácio	1
Introdução	5
Capítulo 1 – Concurso de pessoas e teorias tradicionais sobre a autoria	11
1.1 Do concurso de pessoas	11
1.1.1 Das teorias sobre o concurso de pessoas	14
1.2 Do conceito de autor	15
1.2.1 Evolução do conceito de autor sob o prisma da epistemologia do direito penal	16
1.2.2 Das teorias tradicionais sobre o conceito de autor	26
1.2.2.1 Da teoria objetivo-formal	26
1.2.2.2 Da teoria objetivo-material	28
1.2.2.3 Das teorias subjetivas	30
1.2.3 Do conceito de autor adotado pelo Código Penal brasileiro	32
Capítulo 2 – Teoria do domínio do fato	37
2.1 A teoria do domínio do fato segundo Roxin	38
2.1.1 A epistemologia normativista	40
2.1.2 O conceito de domínio do fato	41
2.1.3 O autor como figura central do acontecer em forma de ação	43
2.2 Domínio da ação	46
2.2.1 Relação com as teorias subjetiva e objetiva	47
2.2.2 Os casos de coação	48
2.2.3 O significado de “ação típica”	50
2.2.4 O erro sobre as causas de justificação	52

2.3 Domínio da vontade	55
2.3.1 Da coação	57
2.3.2 Do erro	59
2.3.3 Do domínio da vontade com a utilização de inimputáveis e de menores	63
2.3.4 Do domínio da vontade em virtude de aparatos organizados de poder.....	66
2.4 Domínio funcional do fato.....	76
2.4.1 Da contribuição na fase executória.....	78
2.4.2 Da contribuição na fase preparatória.....	83
2.5 A sistemática da autoria nos delitos de dever	87
2.5.1 Os crimes omissivos como delitos de infração de dever	89
Capítulo 3 – Aplicação da teoria do domínio do fato na Ação Penal 470	93
3.1 Da Ação Penal 470: uma visão geral	94
3.1.1 Da necessidade de aplicação da teoria	97
3.1.2 Da adequação da teoria ao direito brasileiro	99
3.2 Das impropriedades constatadas	100
3.2.1 Imprecisão terminológica	100
3.2.2 Emprego da teoria do domínio do fato em delitos de infração de dever	102
3.2.3 Atribuição de responsabilidade penal em razão do cargo	103
3.2.3.1 Voto da ministra Rosa Weber sobre a preliminar de inépcia da denúncia.....	104
3.2.3.2 O caso do réu Vinícius Samarane	109
3.2.3.3 O caso do réu José Dirceu	114
3.2.3.3.1 Denúncia.....	115
3.2.3.3.2 Alegações finais do réu.....	119
3.2.3.3.3 O voto do ministro Joaquim Barbosa	120

3.2.3.3.4 O voto do ministro Ricardo Lewandowski ...	124
3.2.3.3.5 O voto do ministro Gilmar Mendes.....	132
3.2.3.3.6 O voto do ministro Celso de Mello	135
Conclusão	139
Referências	147